

Schumpeter, MP 443 e opções cambiais



ARMANDO CASTELAR

Analista da Gávea Investimentos
e professor do Instituto de
Economia da Universidade
Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Joseph Schumpeter é uma espécie de Keynes das políticas microeconômicas. Em especial, foi um dos primeiros economistas a enfatizar o papel da inovação no processo de desenvolvimento. Suas idéias são perseguidas até hoje, em especial pelos que defendem um papel ativo do Estado na economia, via política industrial.

Apesar de muitos economistas brasileiros serem schumpeterianos, a idéia que o consagraria, a destruição criativa, que argumenta que o deslocamento de empresas ineficientes por outras mais inovadoras e eficientes é bom para a economia, é freqüentemente ignorada no Brasil. Pela lógica de Schumpeter, o desenvolvimento avança tanto nas fases de expansão como de desaceleração cíclica. Nessas, em especial, as empresas mal administradas são mais facilmente superadas pelas mais eficientes, fortalecendo-se a economia para um novo salto na fase seguinte do ciclo. No Brasil, porém, como ilustrado pelas operações-hospital do BNDES, é comum usar o dinheiro do contribuinte para impedir a quebra de empresas mal administradas.

Semana passada, Schumpeter deve ter se revirado no túmulo, primeiro com a MP 443, depois com o anunciado socorro do BNDES às empresas que perderam com opções cambiais. A MP 443, que permitiu à CEF e ao BB comprar empresas sem licitação, foi apresentada como instrumento ágil para comprar bancos em dificuldade, assim aumentando a liquidez do sistema.

É difícil entender a lógica dessa MP. Compra de banco não resolve problema de liquidez; se o objetivo era esse, melhor seria reduzir mais os compulsórios bancários. O paralelo com o capital injetado nos bancos europeus e americanos pelos governos desses países não procede. Lá se socorreram apenas os bancos que traziam risco sistêmico, o que não é o caso dos bancos pequenos; só nos EUA, uma dúzia deles já quebrou na atual crise.

Mesmo que isso não seja verdade nas condições atuais, o melhor é usar dinheiro público apenas para proteger os depositantes, como no Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Sistema Financeiro Nacional (Proer), e não o banqueiro, que geriu mal o banco, como ocorrerá numa compra.

Não há, porém, qualquer indicação de que os bancos brasileiros, pequenos ou grandes, estejam em risco. Há bancos com problemas de liquidez, mas isso já vem sendo resolvido pela liberação dos compulsórios e a compra de carteiras. O que há, sim, é que alguns bancos pequenos, muito rentáveis quando o mundo nadava em liquidez, vão ter de se contrair e perder lucratividade nesta nova fase.

Faz sentido que algumas dessas instituições sejam vendidas para bancos maiores.

A MP 443 tem sido defendida por equivarpar os bancos públicos aos privados na flexibilidade para comprar esses bancos. É uma aspiração compreensível, mas um banco público não é igual a um privado, seja porque ele se beneficia das garantias implícitas do Tesouro para se financiar a custo mais baixo, inclusive via depósitos judiciais e maior volume de depósitos à vista, como agora, seja porque ele deve à sociedade maior transparência nas suas ações. Os controles sobre os bancos públicos são justificados: não faz uma década que o contribuinte brasileiro gastou muitos bilhões de reais para capitalizar o BB e a CEF e impedir que os dois quebrassem.

Tampouco é fácil entender porque usar dinheiro público para socorrer empresas que fizeram apostas erradas na taxa de câmbio. O BNDES informou que esse socorro será dado a taxas de mercado. Mas então, por que não deixar que essas empresas se financiem no mercado? Melhor é deixar que paguem os acionistas que permitiram as apostas erradas, e ganhariam se dessem certo, e os bancos que as financiaram, do que socorrê-las com dinheiro público. Não há risco sistêmico envolvido nessa questão, e, em caso extremo, as empresas podem alienar ativos ou se vender para outras mais eficientes, ainda que essa seja uma necessidade improvável.

Muito se tem criticado, com razão, o cassino financeiro que tomou conta do mundo no último lustro. Menos atenção tem sido dada, porém, ao fato de que com o fim desse cassino muitas coisas boas que este proporcionou ao Brasil, como os elevados preços das commodities e a fartura de financiamento, também vão desaparecer. É preciso se preparar para essa nova fase e deixar que a nossa economia se renove, mesmo que isso exija o encolhimento de organizações que se mostraram pouco capazes de se adaptar aos novos tempos. O dinheiro público deveria ser reservado para fortalecer as contas do Estado, que sofrerão com a queda da receita tributária, e financiar a rede de proteção social, que será mais demandada.